



# Câmara Municipal de Mossoró

## Palácio Rodolfo Fernandes

Rua Idalino de Oliveira, S/N / Centro – CEP: 59600-135 – Mossoró / Rio Grande do Norte

Fone: (84) 3316-2600 / Fax: (84) 3316-4517 – CNPJ: 08.208.597/0001-76

Em nome de Deus e da Lei, foi aberta a 3ª sessão ordinária do 5º período da 19ª legislatura da Câmara Municipal de Mossoró, em primeiro de março de 2023. A mesa diretora tinha Lawrence Amorim – presidente; Marckuty da Maisa – 1º secretário; Marleide Cunha – 2ª secretária. Foram lidos texto bíblico e ata da sessão inaugural do 5º período, em 14 de fevereiro de 2023, bem como pauta: Mensagens de Veto 02 a 05/2022, 01 e 02/2023, Projeto de Emenda à Lei Orgânica 01/2023, Projetos de Lei do Legislativo 01 a 21/2023, Projetos de Decreto Legislativo 128/2022, 01 e 02/2023, Requerimentos 01 a 09, Indicações 07 a 12, 14 a 17, 23 a 27, 33, 34, 40 a 43, 50, 51, 58 a 63, 73 a 82, 87 a 91, 97 a 101, 112 a 116, 122, 130 a 137, 143, 145 a 149, 151, 152, 158 a 162 e 168 a 172. No pequeno expediente, o vereador Tony Fernandes fez um apelo contra o fechamento de leitos de UTI no Hospital da Polícia, pedindo que os colegas juntassem assinaturas em um requerimento ao Governo do Estado. Concluindo, cobrou dos gestores do Estado e município o cumprimento do piso salarial dos professores, a fim de evitar prejuízos a todos. O presidente dos trabalhos apoiou pleito para manutenção dos leitos de UTI. O vereador Lucas das Malhas elogiou pleito do antecessor, lamentando atitude do Governo do Estado. Em seguida, parabenizou a gestão municipal pelo lançamento do conceito do Mossoró Cidade Junina, permitindo que os agentes econômicos de preparassem, cobrando do Governo do Estado a recuperação da nossa rodoviária. A vereadora Marleide Cunha explicou que a Prefeitura de Mossoró e o Governo do Estado tinham um acordo para a manutenção dos leitos de UTI do Hospital da Polícia, mas o fim da participação municipal após decisão judicial tornou impossível o custeio integral pelo Estado, permanecendo leitos clínicos. Na sequência, afirmou que os educadores protestaram durante lançamento do Mossoró Cidade Junina para chamar a atenção do prefeito e para que ele respeitasse os professores e a educação do município ao invés de estimular agressões à categoria. Ela também disse que exigia de todos os gestores a valorização da educação como prioridade que tinha no piso salarial um pilar. Por fim, manifestou esperança de que uma reunião a ser realizada produzisse resultados positivos. No grande expediente, o vereador Marckuty da Maisa parabenizou o presidente do Legislativo pela sensibilidade quando viabilizou sua participação em missão frutológica na Europa. Em seguida, agradeceu aos gestores e empresários que incentivaram e deram suporte à sua participação considerando sua longa experiência, passando a explicar que o principal objetivo da viagem estava relacionado à manutenção do escoamento de produtos do porto de Natal para o porto de Rotterdam. Ele também informou participação na maior feira de fruticultura do mundo, em Berlim, na Alemanha, onde houve diálogo para atrair compradores para pequenos produtores de frutas da nossa região. Em seguida, relatou diálogo com autoridades espanholas que apoiaram prorrogação da certificação de navios transportadores de frutas do RN, estando em curso planejamento de modernização processual. Concluindo, expressou repúdio a veículos de comunicação que consideraram aquela viagem sem importância e criticaram a ida de um vereador da zona rural à Europa, cobrando respeito à sua história. O presidente dos trabalhos enalteceu o valor da missão e reconheceu a qualificação do colega. O vereador Omar Nogueira pediu apoio dos colegas a projeto de lei de sua autoria garantindo a criação de albergue noturno para acolher pessoas em situação de rua, problema social grave. Em seguida, perguntou ao colega Ricardo de Dodoca o que achava da ex-prefeita que teve seu apoio. Depois, relatou visita ao mercado da Cobal, que recentemente registrou incêndio e seguia carente de melhorias apesar de, ao custo de três milhões, ter havido reforma que não contemplava as necessidades dos usuários e taxistas, acrescentando que os comerciantes receberam da Prefeitura apenas carnês de pagamento. Em aparte, o vereador Naldo Feitosa disse que as obras na Cobal estavam em andamento, considerando incoerente se queixar

naquele momento, assim como fez a colega Marleide Cunha em escolas que estavam prestes a receber equipamentos novos, ressaltando, porém, a importância da fiscalização. Retomando, o vereador Omar Nogueira disse que o colega ajudou seu argumento e perguntou a razão pela qual a cobrança aos comerciantes foi reajustada, acrescentando que o cadastramento de boxes foi interrompido porque alguns não eram usados pelos ocupantes originais, tendo a família da primeira dama o maior número de boxes alugados, sobre o que pediu ajuda dos colegas na resolução. Em aparte, a vereadora Larissa Rosado destacou a importância dos pleitos em defesa das pessoas em situação de rua, cobrando ações rápidas. Concluindo, fez um apelo para que a Prefeitura buscasse negociação com os educadores. O vereador Paulo Igo disse que o aumento da população de rua mostrava despreparo da gestão municipal, que também mostrava descuido com estruturas públicas e saúde animal, por exemplo, quando divulgava uma imagem fantasiosa. O vereador Isaac da Casca expressou preocupação com o crescimento da população de rua e da violência relacionada às drogas e à falta de oportunidades, temas que mereciam atenção coletiva. O vereador Pablo Aires chamou atenção para a existência de pessoas em situação de rua, migrantes e refugiados sem assistência pública, vácuo que motiva a atuação de organizações não governamentais, as quais também tinham dificuldade em receber apoio, acrescentando que a falta de vagas escolares para as crianças dessas famílias agravaria os problemas. O vereador Lucas das Malhas concordou que era necessário agir na assistência às pessoas em situação de rua no tratamento da dependência química e na melhoria da segurança pública, se colocando à disposição para contribuir. Em seguida, afirmou que um abrigo mantido pela Prefeitura foi fechado por falta de frequentadores. Concluindo, afirmou que a educação municipal ainda tinha vagas em determinadas escolas. Retomando, o vereador Omar Nogueira disse que a Prefeitura falhava no trabalho de base na medida em que já teve sete titulares na pasta de desenvolvimento social, acrescentando que havia uma casa de acolhimento com sete vagas e funcionamento semelhante ao de uma prisão. Concluindo, defendeu uma mudança de realidade. O vereador Ricardo de Dodoca disse que nunca negou participação em outros governos, lembrando que o colega Omar Nogueira estava no palanque da ex-prefeita, que foi avaliada pelos eleitores. Depois, afirmou que o colega participava de inaugurações realizadas por uma gestão acusada de improdutiva, lembrando que ele foi expulso da bancada governista quando se rebelou contra a reforma da previdência. Ele também disse que o colega não seria readmitido na bancada governista, acrescentando que havia ações de assistência a dependentes químicos. Por fim, disse que não votou na colega Larissa Rosado em duas oportunidades. Pela liderança governista, o vereador Genilson Alves lamentou tentativa de atingir mentirosamente a primeira dama e sua família, afirmando que a ocupação de espaços na Cobal não tinha relação com a atual gestão municipal. Por fim, manifestou perspectiva de que ataques pessoais não tivessem lugar naquele parlamento, enfatizando a qualidade da gestão municipal. Respondendo a citação, o vereador Naldo Feitosa disse que estava sendo feito trabalho para desalojar espaços públicos não usados por concessionários ou permissionários, acrescentando que o pagamento de aluguel envolvia um procedimento normal. Ainda no grande expediente, o vereador Raério Cabeção recordou sua denúncia acerca da apropriação de espaços públicos por privilegiados, prática que não foi combatida por gestores que não tinham zelo nem com o dinheiro público. Ele também disse que a Prefeitura não devia ao Governo do Estado no que diz respeito ao Hospital da Polícia, que não recebia prioridade estadual, ao mesmo tempo em que havia gasto absurdo para empregar apadrinhados políticos no Hospital da Mulher. Na sequência, disse que o protesto no lançamento do Mossoró Cidade Junina mostrava oportunismo de um sindicato que não respeitava seus associados quando cobrava vinte por cento para recebimento do Fundo de Garantia conquistado, além de não ter uma sede e se concentrar em “fazer greve e baderna”. Depois, parabenizou o Potiguar pelo desempenho no campeonato de futebol, pedindo que Ministério Público e autoridades trabalhassem para que seu próximo jogo em nossa cidade tivesse torcida única. Em aparte, o vereador Lucas das Malhas considerou a existência da oposição essencial à democracia, rejeitando ataques pessoais, no mínimo antiéticos. O vereador Costinha destacou perspectiva de sucesso do Mossoró Cidade Junina, se somando à defesa do Hospital da Polícia e considerando a greve como alternativa quando faltava diálogo, citando, no caso da educação municipal, prejuízo aos estudantes. Concluindo,

reconheceu resultados trazidos pelo colega Marckuty e a polêmica em torno das pessoas em situação de rua. Retomando, o vereador Raério Cabeção respeitou o direito à greve, lamentando protesto durante uma festa importante. Em aparte, o vereador Naldo Feitosa perguntou quando começaria o mandato da Senhora Governadora, que não mostrava nenhum resultado. O vereador Ricardo de Dodoca disse que o Hospital da Mulher não funcionava, e a Senhora Governadora viajou a Portugal em um momento difícil na educação estadual. Concluindo, repudiou ataque à primeira dama e sua família. Retomando, o vereador Raério Cabeção disse que Mossoró vivia uma redução de leitos de UTI quando havia 25 pessoas aguardando vagas. Ele também disse que os policiais do interior recebiam tratamento discriminatório quando, ao contrário dos colegas da capital, tinham diárias operacionais atrasadas. Em aparte, a vereadora Marleide Cunha considerou vergonhoso o desrespeito de alguns parlamentares à Senhora Governadora, explicando que sua fala dava conta de ação judicial da Prefeitura para não ter mais o dever de pagar 30 por cento da despesa com UTI do Hospital da Polícia, que seguiria com leitos clínicos. Depois, afirmou que, assim como o mundo pode ver o Mossoró Cidade Junina, precisa ver que os professores da rede municipal estavam sendo desrespeitados no seu direito ao reajuste do piso salarial, o que não condizia com a propaganda ilusória paga com dinheiro público, acrescentando que o diálogo começou após deflagração de greve, que só poderia ser encerrada após deliberação da categoria acerca de eventual proposta. O vereador Raério Cabeção considerou equivocada a cobrança de Mossoró pagamento ao Governo do Estado, que, segundo ele, devia 125 milhões à cidade, acrescentando que respeitava a senhora Fátima Bezerra, mas seu trabalho como governadora era péssimo. Em aparte, o vereador Wiginis do Gás cobrou justiça pela morte de um comerciante idoso conhecido como “Seu Francisco”. O vereador Genilson Alves lamentou condições de infraestrutura do nosso estado e pediu sensibilidade para investir na segurança pública. O vereador Lamarque afirmou que o fechamento de leitos de UTI penalizava necessitados, além de cobrar aplicação de emenda do senador Styvenson para recuperação do Hospital Regional Tarcísio Maia. Concluindo, o vereador Raério Cabeção falou da inauguração de mais uma obra na educação municipal. Pela liderança de bloco, o vereador Omar Nogueira disse que não agrediu a família da primeira dama e que não mentiu, considerando, por outro lado, vergonhoso que uma mulher humilde não encontrasse atendimento médico em sua comunidade quando a Prefeitura gastou 13 milhões em contratação de buffet, além de criticar a destinação de dois milhões e meio para divulgação visual da secretaria de saúde depois de ter presenciado demora no atendimento do SAMU por falta de combustível. Ele também disse que professores não fizeram baderna em protesto legítimo, criticando também a restrição de recursos à Guarda Civil Municipal, categoria que não foi recebida pelo Senhor Prefeito para dialogar. Depois, afirmou que a estrutura da “Estação Natal” já era propriedade municipal, mas foi realizada licitação milionária, além de cobrar transparência sobre pagamentos do Finisa, cobrando resposta sobre a motivação de ação judicial por quem, anos depois, votou por um empréstimo sem descrição de finalidade. Por fim, considerou uma vergonha ver pessoas na miséria e professores sendo chamados de baderneiros. O vereador Raério Cabeção disse que não chamou professores de baderneiros, mas que “o pessoal do sindicato” fez baderna. Havendo quórum, foi iniciada a ordem do dia. O Requerimento 348/2022 foi arquivado. Exercendo direito de resposta, o vereador Genilson Alves disse que o colega Omar Nogueira perdeu a oportunidade de se desculpar, tendo trazido números que mostraram confusão de conceitos a respeito de tomada de preço, empenho e pagamento realizado, quando poderia consultar o Portal da Transparência para esclarecimento, além de estar incomodado com a aprovação de uma gestão que resolvia problemas na previdência, atualização salarial e melhorias em escolas. Ele também afirmou que o hospital municipal seria construído e seriam realizados concursos públicos. Por fim, reiterou que ataques pessoais não somavam em nada. O presidente dos trabalhos informou que não concederia mais direito de resposta. Pela liderança de bloco, o vereador Lucas das Malhas disse que não faltou combustível em ambulância, mas houve registro de quatro atendimentos subsequentes. O vereador Omar Nogueira disse que o presidente estava atuando em favor da bancada governista, recebendo a resposta de que o uso da palavra já havia ocorrido e a sessão deveria prosseguir, tendo sua atuação guiada pelo Regimento Interno. Sem discussão, a Mensagem de Veto 02/2022 foi mantida à

unanimidade dos presentes. A Mensagem de Veto 03/2022 foi mantida à unanimidade dos presentes. Foi aprovado o Requerimento 10, pela urgência especial do Projeto de Resolução Substitutivo 01/2023, que recebeu pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade. O Projeto de Resolução Substitutivo 01/2023 foi aprovado à unanimidade. O Requerimento 11 foi retirado pelo autor. Após discussão, o Requerimento 03 foi rejeitado por nove votos a oito. Foram aprovados os Requerimentos 01, 02 e 04 a 09. O vereador Tony Fernandes registrou sua saída em virtude de compromisso externo. O vereador Lawrence Amorim informou a necessidade de partir para cumprir agenda administrativa na capital do Estado. O vereador Raério Cabeção assumiu a presidência dos trabalhos. Foi aprovado o Requerimento 12, pela urgência especial do Projeto de Lei do Legislativo 17/2023, que recebeu pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Orçamento, Finanças e Contabilidade. O Projeto de Lei do Legislativo 17/2023 foi aprovado à unanimidade. Foi aprovado o Requerimento 13, pela urgência especial do Projeto de Lei Ordinária do Legislativo 18/2023, que recebeu pareceres favoráveis das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade; Educação, Cultura, Esporte e Lazer. O Projeto de Lei Ordinária do Legislativo 18/2023 foi aprovado à unanimidade. Foram aprovados requerimentos orais: moção de aplauso ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mossoró e aos professores municipais pelo movimento crítico e organizado em prol do reajuste do piso salarial durante lançamento do Mossoró Cidade Junina 2023, da vereadora Marleide Cunha; moção de aplauso pelo aniversário do senhor José Joaquim da Silva Neto, do vereador Paulo Igo; moção de aplauso ao senhor José Hermínio Pereira pelos 50 anos de dedicação às atividades pastorais no Rio Grande do Norte, do vereador Lamarque; moção de aplauso aos que fazem o Coletivo Audiovisual Cafundó de Gente pelo seu lançamento e estreia de seu primeiro curta-metragem, do vereador Pablo Aires; moção de aplauso aos Guardas Cíveis Municipais, especialmente subinspetor Rutson, GCM Cid e GCM Emanuel pelos trabalhos diários e pela intervenção na qual evitaram um suicídio, do vereador Raério Cabeção; informação da secretaria de infraestrutura sobre previsão de recuperação da Rua Dois de Maio, do vereador Lucas das Malhas; moção de aplauso ao jovem Alan Duarte pela aprovação no SISU 2023, enfrentando dificuldades impostas pela paralisia cerebral, do vereador Isaac da Casca; voto de pesar pela morte do senhor Francisco da Silva, do vereador Wiginis do Gás; voto de pesar pela morte do senhor José Luciano da Rocha, do vereador Naldo Feitosa. Nada mais havendo, os trabalhos foram encerrados em nome de Deus e da Lei.